

**Deliberação da Assembleia Municipal sobre a Proposta 278/CM/2014
tomada na 35ª reunião em 15 de julho de 2014**

A Proposta 278/CM/2014, que submeteu à apreciação da Assembleia Municipal o **1º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa**, foi debatida na 35ª sessão, realizada em 15 de julho de 2014, acompanhada dos pareceres da **1ª e da 5ª Comissões Permanentes**.

A mesa colocou à votação os pontos **9 e 10** do parecer da 1ª Comissão Permanente e os pontos **11, 12 e 13** do parecer da 5ª Comissão Permanente, que foram aprovados por maioria, passando a constituir uma deliberação da Assembleia sobre esta matéria, do seguinte teor:

I. Apreciação Global

a. Não obstante a Reforma Administrativa estar em plena execução e a sua monitorização ser ainda incipiente, o Grupo de Acompanhamento entende que o processo está a decorrer com notável ritmo, dedicação e qualidade, sem prejuízo de diversos e inevitáveis aspectos a carecer de ajustamento, o que se deverá a três factores:

i. Preparação e gestão do processo pela CML ao longo do ano de 2013, bem como na primeira fase de transição;

ii. Pacífica transição da maioria dos recursos humanos afectos à primeira fase da transição, ao que não é despicienda a salvaguarda da plenitude dos direitos adquiridos;

iii. Reconhecimento social do reforço das estruturas públicas de maior proximidade na cidade.

b. Assume porém o Grupo de Acompanhamento, a existência de uma série de problemáticas a atender com atenção no futuro, implicando maior coordenação e colaboração por parte de todos os intervenientes;

c. As dificuldades sentidas no início da Reforma, tanto no exercício das novas competências como no acolhimento dos recursos humanos transitados, parecem encontrar-se em estabilização, de acordo com os dados recolhidos no terreno;

d. Em certos casos, designadamente no domínio das funções de suporte administrativo e ao arrepio do acordado entre a Câmara e as Juntas, os recursos humanos não acompanharam completamente a transferência de competências de âmbito mais sectorial, o que causou dificuldades no seio da governação das Freguesias;

e. Verificaram-se dificuldades nas Juntas no acolhimento inicial dos novos recursos humanos, por razões ligadas à dotação e exiguidade das instalações e do pessoal disponível.

II. Imperioso se torna mencionar por fim que um dos aspectos mais frisados por todas as Juntas visitadas, se encontrou na limitação legal de atribuir mais tempos inteiros aos executivos das Freguesias, o que cria constrangimentos óbvios nas condições de governação.

III. Não se vê que este Relatório tenha em vista as especificações da forma e conteúdo dos Relatórios, nem até da sua periodicidade, aprovados pela Proposta 4/2014, nem que os elementos então requeridos estejam presentes neste Relatório, elementos esses que poderiam, esses sim, apresentar uma panorâmica fiel do desenvolvimento deste processo.

IV. Torna-se imprescindível que os membros da Assembleia Municipal e quanto a este processo, possam ter acesso a todas as informações integradas no universo informativo da Câmara Municipal de Lisboa, *intranet* incluída.

V. A falta continuada de um Guião da Transferência, com os procedimentos a adoptar e de um Manual do Munícipe que permita distinguir com exactidão o que hoje compete às Juntas Freguesia e à Câmara deverá ser colmatada ao mais prazo.